

PROJETO OLHOS D' ÁGUA DA AMAZÔNIA E OS RESULTADOS OBTIDOS NA EXECUÇÃO DA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS EM ALTA FLORESTA MATO GROSSO

OLIVEIRA, Giselle Barbosa de¹

HARTWIG, Liliane Adriana¹

giselebarbosa@hotmail.com

adriannecomunicacao@gmail.com

RESUMO

O Projeto Olhos D' Água da Amazônia (Prodam) é um mecanismo inovador e pioneiro que faz parte do processo de implantação e desenvolvimento de políticas públicas ambientais na cidade de Alta Floresta/MT, que contribuiu com a retirada do município da lista negra de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, com a realização de 2.040 projetos de Cadastro Ambiental Rural (CAR). O projeto foi iniciado em abril de 2011 e finalizado em junho de 2016, em duas fases. O objetivo deste artigo é analisar os resultados obtidos ao longo de cinco anos e dois meses, e a sua contribuição para melhoria na produção e na renda dos produtores que vivem da agricultura familiar, a partir de ações de regularização ambiental e fundiária e o fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis. O método utilizado foi de entrevistas técnicas com o coordenador executivo do Prodam, José Alesando Rodrigues, técnicos do projeto e gestores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta, além da análise dos Relatórios Executivos das fases I e II e pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Palavra-chave: Recuperação ambiental, regularização ambiental e fundiária, políticas públicas, nascentes, sistema agroflorestal.

PROJECT EYES WATER FROM AMAZON AND THE RESULTS OBTAINED IN POLICY MANAGEMENT PUBLIC EXECUTION ENVIRONMENTAL ALTA FLORESTA - MATO GROSSO

ABSTRACT

¹ Discente do Curso de Pós-graduação em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável II da Faculdade de Alta Floresta (FAF/FADAF).

The Eyes Project D 'Amazon Water (PRODAM) is an innovative and pioneering engine that is part of the implementation process and development of environmental policies in the city of Alta Floresta / MT, which contributed to the removal of the city's blacklist of deforestation the Ministry of Environment, with the completion of 2,040 projects Rural Environmental Registry (CAR). The project was started in April 2011 and finalized in June 2016, in two phases. The aim of this paper is to analyze the results over five years and two months, and their contribution to improving the production and income of farmers living from family farming, from environmental and land regularization actions and strengthening sustainable supply chains. The method used was technical interviews with the executive coordinator of Prodam, José Alesandro Rodrigues, project technicians and managers of the Municipal Department of the High Forest Environment, as well as analysis of Executive Reports from the phase I and II and literature on the subject.

Keywords: Environmental restoration, environmental and land regulation, public policy, springs, agroforestry system.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos seus 40 anos, Alta Floresta passou pelos ciclos da agricultura, da extração de ouro e madeira e atualmente se destaca na pecuária com um rebanho de 716.438 cabeças de gado (IBGE/2015), sendo 4º maior rebanho do estado de Mato Grosso. A adoção de atividades econômicas com base na exploração dos recursos naturais e práticas de desmatamento e queimadas culminaram na degradação do meio ambiente em grandes proporções. De acordo com o Diagnóstico Ambiental realizado pelo Instituto Centro de Vida (ICV), o município já havia desmatado, em 2008, cerca de 50% de sua área, o equivalente a 452 mil hectares, dos 896 mil que formam a cidade. Essas áreas foram destinadas a agricultura e pastagem (29%) ou se tornaram solo exposto (8%) e vegetação degradada (11%). Aproximadamente, 58 mil hectares de áreas de preservação permanente (APP) foram afetadas e abriram espaço para a pastagem, solo exposto, lavoura entre outras utilizações (BERNASCONI *et al*, 2008).

A legislação ambiental do período de colonização preconizava a obrigatoriedade de preservar 50% da área em grandes propriedades rurais e disponibilizava a outra metade para agricultura e pecuária, porém os pequenos produtores podiam utilizar 100% da área, excetuando nascentes e beiras de rios (SELUCHINESK, 2008).

Em dezembro de 2007, dentro de uma série de medidas do Governo Federal para prevenir, combater e monitorar o desmatamento ilegal na região do bioma amazônico, foi assinado o decreto presidencial nº 6.321/07 (Edição extra de 21/12/07 nº 245 p 12) que, entre outras obrigações, atribuiu também às responsabilidades administrativas, políticas e jurídicas

de combate ao desmatamento aos governos estaduais e municipais, as cadeias produtivas de atividades florestal e agropecuária, também restringiu o acesso ao crédito rural para propriedades sem Cadastro Ambiental Rural (CAR), exigiu o cumprimento da legislação que proíbe autorizações para desmatar acima de cinco hectares por ano nas propriedades que não possuem certificação do georreferenciamento de imóveis rurais e possuem áreas superiores a quatro módulos fiscais, além de estabelecer punições para quem fosse comprar, intermediar, transportar ou comercializar qualquer produto de origem animal ou vegetal oriundo de áreas embargadas por desmatamento ilegal (IPAM, 2009. BRASIL, 2007).

Aliado a esses fatores, vieram às sanções econômicas e financeiras para os municípios que seriam indicados pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA) com maior índice de desmatamento, a exemplo do embargo agropecuário, entre outras represálias. No dia 25 de janeiro, o MMA publicou no Diário Oficial da União a Portaria nº 28 (Edição de 25/01/08 nº 18, p 70) listando os 36 municípios que mais desmatavam na Amazônia com base em dados do sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e Alta Floresta foi inserida na conhecida *lista negra*. Essas cidades se tornaram alvo de ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal, conforme a portaria. Dentro dessas ações, foi estabelecida a operação Arco de Fogo, executada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em conjunto com a Polícia Federal e Força Nacional de Segurança, com objetivo de fiscalizar e combater o desmatamento e a extração ilegal de madeira (FUNDO VALE, 2012).

Para sair da *lista negra*, era necessário cumprir as exigências do Art. 14º do Decreto 6321/2007, que estabelecia a necessidade de ter desmatado no máximo 40 km² no ano anterior, que a média de desmatamento dos anos de 2007 fosse igual ou menor que 60% da média registrada nos anos de 2004 a 2006, além de realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 80% de seu território. Nessa percentagem não estavam incluídas as terras indígenas e de domínio público (MMA, 2009).

Nesse contexto, Alta Floresta fomentou a implementação de políticas públicas de fortalecimento da gestão ambiental para reverter os índices de degradação e atender as exigências do decreto (RODRIGUES, 2016). O município já havia reduzido o número de desmatamento e queimadas, por meio de ações que iniciaram no ano de 2000, com a união do poder público, sociedade civil, produtores rurais e organizações não governamentais objetivando reverter o passivo ambiental, incentivar o desenvolvimento de atividades

econômicas sustentáveis e mudar o cenário em que o município se encontrava (MARUPIARA, 2015). Porém, a soma dos índices de desmatamento dos últimos três anos ultrapassava o limite de 90 km² de floresta derrubada ou queimada, totalizando 283,4km². Alta Floresta havia reduzido os índices de 230,9 km² no ano de 2004, para 15,30 em 2008 (FUNDO AMAZÔNIA, 2012).

Para atender os requisitos do Decreto 6321/2007 e sair da lista negra, era necessário ainda realizar o CAR em 80% de seu território e manter a redução das taxas de desmatamento, entre outras exigências. Apesar dos esforços, as agressões do passado ao meio ambiente afetaram pelo menos 70% das 8.260 nascentes identificadas no município, fato que culminou na falta de água potável para a população do perímetro urbano em 2010 (RODRIGUES, 2016).

Em 2011, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta (SECMA), iniciou o Projeto Olhos D'Água da Amazônia (PRODAM) com apoio do Fundo Amazônia/ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Fundo Amazônia disponibilizou ao município cerca de R\$ 2.781,340 milhões, através do contrato nº 10.2.1352.1 em recursos não reembolsáveis para desenvolver a primeira fase do projeto que, previa incluir as propriedades rurais no CAR, implementar ações integradas para monitorar e reduzir os índices de desmatamento e queimadas, recuperar as nascentes, matas ciliares e áreas de preservação permanente, além promover o uso sustentável das florestas, implantar unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais e de manejo ecológico de pastagens, realizar o diagnóstico ambiental e fundiário, o georreferenciamento de imóveis rurais entre outras ações que foram fundamentais no processo de exclusão de Alta Floresta da lista dos municípios desmatadores do Bioma Amazônico no ano de 2012 (FUNDO AMAZÔNIA, 2012). Ato formalizado pela portaria nº 187, de 04 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União em 11 de junho (BRASIL, 2012).

Nesse período, Alta Floresta já havia reduzido o desmatamento por corte ou queimadas, de 230,9 km², registrado em 2004, para 1,6 conforme dados do INPE. Por meio do PRODAM foram georreferenciadas 1.220 propriedades com até quatro módulos fiscais, efetivados 2.801 processos de Cadastro Ambiental Rural (CAR), o equivalente a 159.028 hectares, que representam 82% do território alvo das ações no município (FUNDO AMAZONIA, 2012).

Na prática, segundo o boletim informativo do Fundo Amazônia (nº 25 de maio/2012), ao ter o nome retirado da lista negra, Alta Floresta passou a ter prioridade em incentivos

econômicos e fiscais, e na contemplação de programas e projetos da União voltados ao desenvolvimento e incentivo de atividades econômicas baseadas na sustentabilidade.

Até a aprovação da segunda fase a equipe executiva formada por engenheiros agrônomos e florestais, biólogo e jornalista, atuou entre os meses de janeiro a setembro de 2013, de forma voluntária sem receber salários, para não deixar de atender os produtores rurais, segundo a então secretária de Meio Ambiente, Aparecida Scatambuli Sicuto, paralisar as atividades poderia causar danos principalmente aos produtores rurais, que poderiam entender que o projeto havia terminado. Assim, a equipe se revezou para atender os agricultores (Entrevista com a secretária de Meio Ambiente, Aparecida Sicuto, em 31/03/2016).

Em junho de 2013, Alta Floresta conseguiu a aprovação para execução da segunda fase do PRODAM, com alocação de recursos não reembolsáveis de R\$ 7.182.970,00, através do contrato nº 13.2.063.1, de acordo com informações divulgadas no boletim informativo do Fundo Amazônia (nº 39 de junho/2013). Os recursos alocados para esta fase foram investidos na continuidade e na expansão dos trabalhos da primeira fase, que incluíram a regularização ambiental e fundiária, recuperação de áreas de preservação permanentes degradadas, aperfeiçoamento das 20 unidades demonstrativas com o uso de boas práticas agropecuárias na pecuária leiteira e de corte, através do manejo rotacionado de pastagens, incentivo a criação de peixes com a construção de tanques, e a produção de mel com distribuição de abelhas nativas sem ferrão (RODRIGUES, 2016). Além da implantação do Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) e do projeto piloto do Programa Guardiã de Águas, Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), e o Monitoramento Ambiental que visa quantificar os dados gerados pelo projeto, e integrar a base de dados da Secma (RODRIGUES, 2016).

O coordenador executivo do projeto, José Alesandro Rodrigues, destaca no relatório executivo da segunda fase, que:

“A conservação da água está como principal fio condutor presente nas ações [...] onde permeia desde a regularização ambiental das propriedades com a recuperação das nascentes e cursos de rios, passando pelo Programa Guardiões de Águas que visa o pagamento por serviços ambientais aos produtores rurais, indo para as cadeias produtivas sustentáveis como: piscicultura, com consolidação de tanques para criação de peixes, a meliponicultura promovendo a criação das abelhas sem ferrão nativas da Amazônia, a horticultura, constituindo bases para uma produção orgânica, na pecuária adotando os princípios das boas práticas agropecuárias e finalmente consolidando com o georreferenciamento dos imóveis rurais e o monitoramento ambiental, instrumentos de segurança

jurídica aos agricultores familiares do município”, (RODRIGUES, 2016, p 05).

Este trabalho objetivou relatar as atividades e resultados obtidos ao longo de cinco anos e dois meses, que englobam as duas fases de execução do projeto que apoiou agentes da agricultura familiar para aliar à regularização ambiental e fundiária a geração de renda com a implantação do sistema agroflorestal e o fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, através de parcerias entre a sociedade civil, o poder público, produtores rurais e organizações não governamentais que conseguiram por meio do projeto Olhos D’Água da Amazônia, tirar Alta Floresta da lista dos municípios que mais desmatavam e a transformar em um município verde, que atua na consolidação de um modelo local de desenvolvimento sustentável econômico e social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As ações do Prodam foram direcionadas às cadeias produtivas da agricultura familiar com foco em dois eixos: a regularização ambiental e fundiária das propriedades e apoio a implantação e fomento de novos modelos de economia sustentável. As duas fases, já executadas do Prodam, atuaram em ações de fortalecimento da gestão ambiental no município, com monitoramento e controle do desmatamento e queimadas, recuperação de nascentes e áreas degradadas por meio do sistema agrossilvipastoril, a retirada de Alta Floresta da *lista negra*, além de outras ações junto às pequenas propriedades. Conforme figura 1, referente aos objetivos, produtos e serviços.

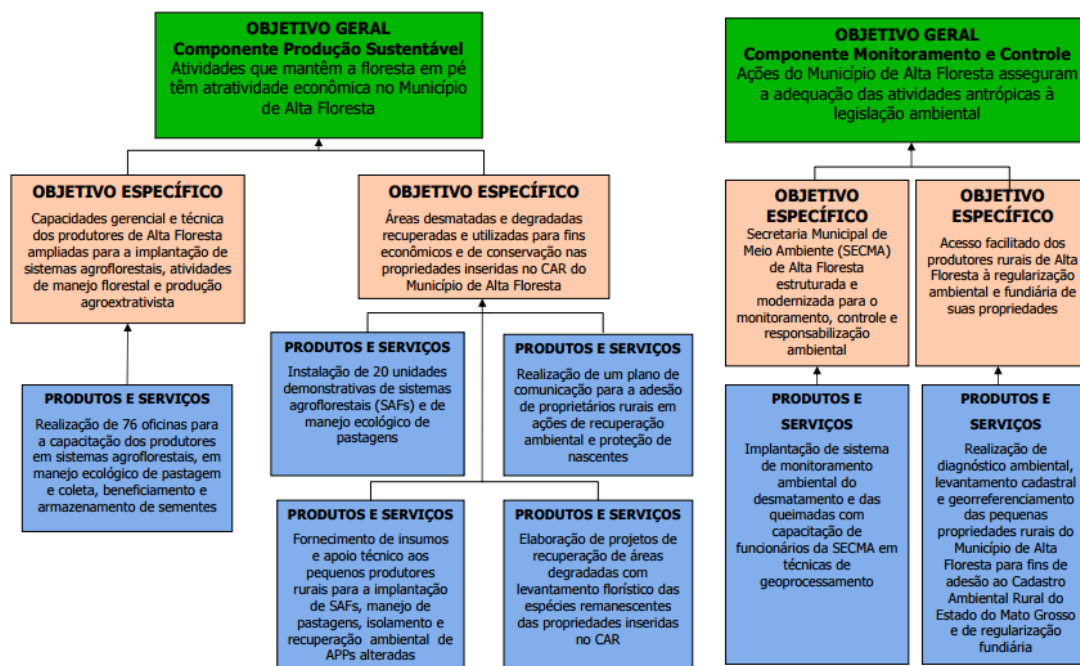


Figura 1- Objetivos gerais, específicos, produtos e serviços do PRODAM Fonte: Fundo Amazônia

2.1. Regularização Ambiental

A regularização ambiental em Alta Floresta foi realizada por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é um instrumento importante na gestão territorial e ambiental, e promove o monitoramento e controle de desmatamento bem como das queimadas urbanas e rurais. O CAR é uma das três fases da regularização ambiental: CAR, Georreferenciamento e o Licenciamento Ambiental Única (LAU), esta terceira, foi extinta com a regulamentação do Novo Código Florestal (RODRIGUES, 2016).

2.2. Regularização Fundiária

A regularização fundiária é a segunda etapa no processo de gestão territorial e ambiental, e é realizada através do georreferenciamento de imóveis rurais, sendo um documento importante, pois garante a segurança jurídica aos produtores rurais. O trabalho é feito a campo com o levantamento de perímetros (coordenadas geográficas para descrição dos limites geográficos de imóveis rurais), juntamente com a atualização de dados cartoriais e posteriormente a certificação da propriedade em parceria com o INCRA/MT (RODRIGUES, 2016).

2.3. Levantamento Florístico

Uma das primeiras etapas do Prodam foi o levantamento e seleção de espécies remanescentes que seriam utilizadas na recomposição vegetal das áreas degradadas. Para isso, foram escolhidas áreas amostrais em Unidades Demonstrativas do projeto, localizadas nos quatro setores do município demarcados no projeto: Nordeste, Noroeste, Sudeste I e Sudeste II. O levantamento foi realizado por meio de parcerias com instituições e voluntários entre os meses de julho e setembro de 2012, com identificação da vegetação, coordenadas geográficas, imagens, tipo de ambiente que estavam localizadas entre outras características. (RODRIGUES, 2014).

2.4. Recuperação das Áreas de Preservação Permanente Degradada

Entre as ações do PRODAM, estavam o apoio através de doação de insumos (arames, lascas, mudas, sementes), assistência técnica e capacitações a recuperação das Áreas de Preservação Permanente Degradada (APPD) pertencentes aos produtores que realizaram o Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades por meio do projeto, e que estavam com passivo ambiental por terem os locais de APP ocupados por pastagens e outros cultivos. As matas ciliares são responsáveis pela proteção dos cursos d'água e sua preservação e recuperação são exigidas pela legislação ambiental (RODRIGUES, 2016).

2.5. Monitoramento Ambiental

O PRODAM implantou ações de monitoramento ambiental com objetivo de formar uma base de dados na Secretaria de Meio Ambiente de Alta Floresta com a quantificação dos hectares de áreas recuperadas pelo projeto, áreas não recuperadas, quantificação de áreas licenciadas, quantidade de perímetros levantados através do georreferenciamento de imóveis rurais e as atividades desenvolvidas nessas propriedades (RODRIGUES, 2016).

2.6. Programa Guardiã de Águas: Pagamento por Serviços Ambientais

O projeto piloto do Programa Guardiã de Águas: Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) foi implantado em 2014, através da Lei Municipal 2.040/2014 e seus regulamentos, priorizando a bacia Mariana I e II, que é a responsável pela captação de água

para o abastecimento do perímetro urbano de Alta Floresta com o propósito de incentivar a preservação dos recursos naturais dessa região por parte dos produtores rurais e ainda incrementar a renda nessas propriedades por meio do pagamento de serviços ambientais (RODRIGUES, 2016). Os produtores participantes devem manter ou aumentar a qualidade e a quantidade da água, que é considerada um serviço ambiental, por ser um benefício ao ser humano (GUEDES, 2011). O programa funciona por meio de pagamento de 10 Unidades Padrão Fiscal Municipal por hectare/ano, proporcional às Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Preservação Permanente Degradada aos produtores inseridos no programa (RODRIGUES, 2016).

2.7. Pecuária

O Prodam atuou junto aos pequenos produtores na inserção de boas práticas na produção de pecuária leiteira e de corte, que incluem reforma e manejo de pastagens, melhoramento genético, gestão da propriedade, doação de insumos, entre outras ações para melhorar a lucratividade dessas propriedades com base na reforma de pastagem e uso de tecnologias de manejo e produção que reduzem o espaço utilizado e o avanço do desmatamento, além de incentivar o reflorestamento (RODRIGUES, 2016).

2.8. Hortas Orgânicas

Com foco na grande procura por produtos hortigranjeiros, com tendência aos orgânicos, e no conhecimento que a maioria vem de outras regiões para Alta Floresta, o projeto promoveu a implantação do Programa de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável no município, voltado à implantação de Unidades Demonstrativas de Hortifrutigranjeiros Orgânicos em pequenas propriedades para aproveitar os poucos espaços dos imóveis rurais, economizarem recursos com insumos agrícolas ao associar a produção de verduras e legumes à criação de aves, excluírem o uso de agrotóxicos, estimularem o uso dos recursos naturais sustentáveis e ainda possibilitar alternativas de renda proveniente da comercialização da produção das hortas, venda de ovos e carne de frango. O projeto teve como metodologia a doação de sementes aos proprietários, motocultivador com enxadas rotativas, carrinho de mão, rolos de telas para galinheiros, entre outros materiais para montar a

estrutura das Unidades Demonstrativas, além de assistência técnica e realização de parcerias para perfuração de poços semiartesiano e capacitações técnicas (RODRIGUES, 2016).

2.9. Meliponicultura

O PRODAM também atuou no campo da meliponicultura, através da implantação de um Meliponário Municipal para cultivo de matrizes e reprodução de colmeias de abelhas sem ferrão, nativas da Amazônia para distribuir aos produtores rurais. A iniciativa teve como proposta o incentivo a atividades econômicas sustentáveis que pudessem gerar renda para agricultores e ao mesmo tempo promover benefícios por meio da polinização, já que as caixas de colmeias são alocadas em áreas de preservação permanentes degradadas e com isso, os agricultores podem comercializar as frutas e sementes polinizadas pelas abelhas e ainda lucrar com a venda de mel, própolis, pólen e colônias de abelhas (RODRIGUES, 2016).

2.10. Piscicultura

Com objetivo de fomentar o desenvolvimento da piscicultura nas propriedades rurais, o PRODAM firmou parceria com produtores para escavação de tanques, onde o beneficiário custeou o projeto técnico e combustível de até 50 horas/máquina, o PRODAM entrou com maquinário, assistência técnica, doação de alevinos (em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural) e capacitações em cursos voltados aquicultura para formação técnica dos participantes desde a implantação até o beneficiamento do pescado, o que possibilitou para os pequenos produtores redução nos custos da atividade e uma nova alternativa de renda. Para isso, foi adquirida uma escavadeira hidráulica. Foram construídos 89 tanques beneficiando 31 famílias. Eles receberam assistência técnica de uma engenheira florestal (RODRIGUES, 2016).

2.11. Parcerias

Para desenvolver e fortalecer as atividades do PRODAM, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta (SECMA) estabeleceu parcerias técnicas, científicas e de mobilização com entidades, sociedade civil e órgãos públicos sendo eles: Fundo Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Universidade Estadual

de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Ouro Verde (IOV), Fundação Avina, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Embrapa Agrossilvipastoril/Sinop-MT), Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (Sema/ MT), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural de Alta Floresta, Sindicato Rural de Alta Floresta, Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto de Alta Floresta (CAB- Ambiental), Câmara de Dirigentes Lojistas de Alta Floresta (CDL/AF), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MT), Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER/MT) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MT), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MT), Associação de Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT), Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Fundo Vale, Cooperativa dos Aquicultores do Portal da Amazônia (COOPERPAM), Cooperativa de Profissionais Atuantes em Consultoria, Instrutoria e Educação (Cooperfrente), Piscicultura Esteio, Câmara Municipal de Alta Floresta (RODRIGUES, 2016).

2.13. Fiscalização e Acompanhamento

O PRODAM foi executado pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Alta Floresta, e um dos mecanismos de fiscalização do projeto é o Comitê de Monitoramento e Avaliação, formado por entidades ligadas ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA), com realização de reuniões, onde a equipe exibia a prestação de contas, relativas às atividades e recursos (RODRIGUES, 2016).

2.14. Estruturação

Para realizar todas essas ações o PRODAM adquiriu ao longo dos cinco anos e dois meses, cinco veículos, sendo três caminhonetes, um veículo celta, um Montana, duas motocicletas, uma retroescavadeira hidráulica, uma grade niveladora, grade aradora e distribuidora de calcário e de sementes, GPS geodésico, computadores de mesa, notebooks, impressoras, material permanente como (mesas, cadeiras, armários). Para garantir a efetivação do projeto contou com uma equipe terceirizada formada por 28 profissionais como Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais, Jornalista, Biólogo, Médico Veterinário,

Advogada e Auxiliares de Campo, sem vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Alta Floresta, sendo feita a gestão através da Cooperativa de Profissionais Atuantes em Consultoria, Instrutoria e Educação (Cooperfrente), (RODRIGUES, 2016).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O Projeto Olhos D'Água da Amazônia teve como proposta a construção de ferramentas de gestão territorial e ambiental, a regularização fundiária e ambiental, a redução de queimadas e desmatamentos, a recuperação de nascentes para garantir os recursos hídricos no município e o apoio a atividades econômicas sustentáveis em propriedades da agricultura familiar. Foram analisados e apontados os principais resultados das ações propostas para verificar a eficácia do PRODAM, em atender as responsabilidades e exigências administrativas, políticas e jurídicas de combate ao desmatamento que foram atribuídas pelo Governo Federal aos municípios, estados e cadeias produtivas.

3.1. Área de Estudo

O município de Alta Floresta está localizado no norte do estado de Mato Grosso, possui uma área de 8.976,309 km² e 50.082 mil habitantes, segundo estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), retificado em 12 de setembro de 2016, e junto com outros 15 municípios forma a região do Portal da Amazônia (IBGE, 2016).

Foi colonizada na década de 70 a partir de um projeto particular da empresa Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO S/A) incentivado pelo Governo Federal para intensificar a ocupação da região amazônica de forma monitorada e controlada. A princípio o projeto buscou atrair produtores para implantar atividades agrícolas na região (SELUCHINESK, 2008).

3.2 Metodologia

A coleta de dados foi realizada entre os meses de maio e setembro de 2016 junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta idealizadora e responsável pela execução do Projeto Olhos D'Água da Amazônia com análise de relatórios, informativos e contato com o coordenador do PRODAM, José Alesando Rodrigues, a então secretária de

Meio Ambiente, Aparecida Scatambuli Sicuto e equipe técnica (engenheiros agrônomos e florestais, médico veterinário) além de consulta a legislação ambiental, trabalhos acadêmicos, Fundo Amazônia e outras fontes oficiais com temas ligados ao projeto.

4. RESULTADOS

Nestes cinco anos e dois meses o Projeto Olhos D' Água da Amazônia beneficiou 2.400 produtores rurais com o desenvolvimento de políticas públicas ambientais. Entre os resultados alcançados no final da execução da 1ª e da 2ª fase se destacam a retirada do município da lista negra do Ministério do Meio Ambiente que manteve a cidade durante seis anos na mira das penalidades impostas pela legislação, com as ações do Projeto Olhos D' Água da Amazônia, o município saiu em 2012 da lista dos municípios que mais desmatavam na Amazônia. Também foi realizado o levantamento e a implantação de um sistema de dados com mapeamento das propriedades, imagens de satélite, localização, limites, hidrografia, APP's, nome dos proprietários entre outras informações relevantes para o planejamento territorial e gestão ambiental em uma única plataforma digital.

Dentro das ações de regularização ambiental e fundiária, o projeto ainda realizou o Georreferenciamento de 1.950 perímetros de até 400 hectares, o equivalente a 60% das propriedades pertencentes à agricultura familiar, as tornando aptas para o processo de certificação dos imóveis junto ao INCRA e posterior averbação da propriedade e 2.040 projetos de Cadastro Ambiental Rural e retificação de 440, que foram ajustados para a nova plataforma do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental (SICAR) gerando a regularização ambiental e uma economia de 90% nos custos que teriam para fazer o CAR de forma particular.

No apoio ao fortalecimento das cadeias produtivas conseguiu implantar 20 unidades demonstrativas em sistema agroflorestais com utilização de novas tecnologias e recuperação de áreas permanentes degradadas e desenvolvimento de atividades sustentáveis como a meliponicultura, hortas orgânicas, piscicultura e Boas Práticas Agropecuárias (gado leiteiro e de corte); para o fomento e fortalecimento dessas cadeias produtivas, servindo de referência para os agricultores familiares das comunidades locais. Doação de 381 colmeias para 64 produtores realocarem em áreas em processo de recuperação de áreas permanentes degradadas como matas ciliares, beiras de rios e áreas de reserva legal com objetivo de produzir mel e polinizar plantas, escavação de 89 tanques para criação de peixes destinados a subsistência e

comercialização além da implantação de banco de dados com localização geográfica, endereço, dimensões e imagens dos viveiros e identificação do beneficiário. Também foram promovidas 77 oficinas, curso de capacitação e qualificação, 53 palestras, 21 dias de campo e 7.157 assistências técnicas aos produtores rurais entre outras atividades.

A implantação do piloto do Programa Guardião de Águas foi outro diferencial, com Pagamento por Serviços Ambientais para 72 famílias, cobrindo uma área de 535,32 hectares de APPD's. O poder público municipal está trabalhando para adotar este mecanismo através de parceria com a CAB, com a cobrança de uma taxa nas contas de água, para manter o Pagamento por Serviços Ambientais. Os trabalhos para garantir a preservação da água, ainda passaram pela implantação do sistema de recuperação em mais de 5.115 hectares de Áreas de Preservação Permanente Degradadas, formadas por cursos de rios e nascentes, sendo recuperadas 36% das nascentes degradadas no município, cujas áreas estão em processos de recomposição florestal. Na 1ª fase foram doadas 2.400 bolas de arame e 6.320 dúzias de lascas de Teca, na 2ª fase 5.334 bolas de arames e 3.204 dúzias de lascas de Itaúba para isolar e implantar os sistemas de recuperação nas APP's.

Os recursos financeiros não reembolsáveis do Fundo Amazônia para a Prefeitura Municipal de Alta Floresta garantiram a execução do PRODAM, neste sentido, temos a constatação que 57 % dos recursos foram destinados para atender diretamente aos produtores rurais na forma de insumos, equipamentos e pagamentos por serviços ambientais, além da gestão de recursos humanos que demandaram 40%, mas respondem diretamente pela assistência técnica nas propriedades, elaboração de 82% projetos de regularização ambiental e 60% dos projetos de regularização fundiária das propriedade rurais de Alta Floresta. Conforme a seguir na figura 2, referente à fase II:

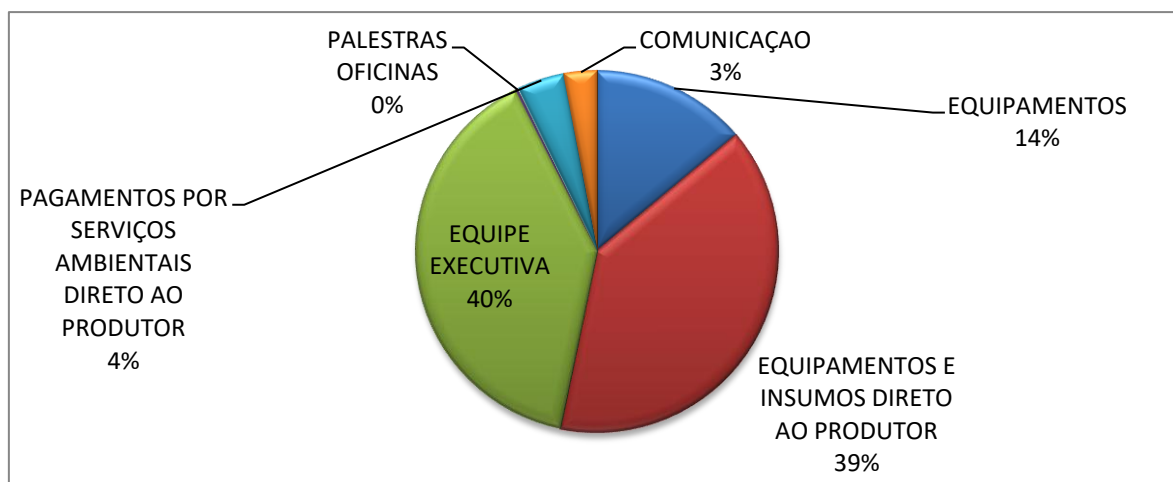


Figura 2- Valores financeiros por eixos de efetividade do PRODAM – II. Fonte: Projeto Olhos D'Água da Amazônia

O Projeto Olhos D' Água da Amazônia foi bem recebido pela população de Alta Floresta e por organizações nacionais, tanto que concorreu a várias premiações e alcançou êxitos positivo. Em 2014, ganhou o Prêmio da Agência Nacional de Água (ANA), tendo ficado entre os três finalistas de 84 projetos inscritos, recebendo a Menção Honrosa, por ter efetivado a gestão ambiental e territorial em recuperação de rios entre outras atividades sustentáveis. Como prêmio, recebeu recursos de R\$ 450 mil reais, para serem revertidos em ações de recuperação de área de preservação permanente, construção de barragens (em estradas rurais) e terraços na bacia Mariana I e II.

Em 2016, o PRODAM foi escolhido como o melhor projeto da região Centro Oeste no IX Prêmio Prefeito Sebrae Empreendedor, inscrito com o tema - *O projeto Olhos D' Água da Amazônia: Estratégia de Gestão Ambiental em Alta Floresta* , nas categorias: Inovação e Sustentabilidade e Melhor Projeto.

Também em 2016, ficou entre as 51 iniciativas habilitadas que recebeu o Certificado de Reconhecimento de Mérito, do total de 140 inscritos através do Prêmio Gestão Ambiental no Bioma Amazônia, organizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAM), sendo inscrito nas categorias: Ordenamento Territorial e Fundiário, na questão da regularização e adequação ambiental em imóveis rurais relacionadas ao Cadastro Ambiental Rural (CAR); e na categoria Monitoramento, Controle e Recuperação Ambiental com a ação de recuperação de áreas degradadas executada pelo PRODAM no município. Além da participação em seminários para expor a experiência de gestão ambiental, como no Fórum sobre Desmatamento e as Ameaças ao Desenvolvimento de Apuí (AM), realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2015.

Outra oportunidade de falar sobre o PRODAM, foi no Seminário sobre Financiamento da Gestão Socioambiental Municipal, realizado em 30 de março de 2015, pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Olhos D'Água da Amazônia surgiu em uma época de grandes mudanças, em meio a discussões e sobre a possível aprovação de um Novo Código Florestal, que só ocorreu

em 2012, com uma legislação e fiscalização mais rígidas, transferência de responsabilidades para os governos estaduais, municipais e para classe produtora. Foi uma proposta audaciosa e, até então, inédita, onde dentro de uma administração pública municipal foi composta uma equipe executiva e técnica terceirizada por meio de uma cooperativa para implantar e gerir políticas ambientais junto aos agricultores familiares. O PRODAM trabalhou para angariar recursos junto a instituições interessadas em disponibilizar recursos para a 3ª fase do projeto. Pois o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA) optou em não apoiar projetos em nível municipal, somente projetos em nível estadual ou por regiões.

Ainda há um longo trajeto a se trilhar para fortalecer a agricultura familiar, que sofre com a falta de recursos e assistência técnica para colocar em prática iniciativas sustentáveis, mas, os resultados do PRODAM, nas fases I e II já executadas, apontam que o caminho é esse.

As ações foram positivas no processo de municipalização na recuperação do passivo ambiental, regularização fundiária e implantação de atividades de monitoramento, controle e gestão ambiental, aliados ao fortalecimento das cadeias produtivas mais sustentáveis. É possível que pequenas propriedades rurais conciliem atividades econômicas de forma sustentável, concomitantes a recuperação e preservação ambiental, desde que esse novo modelo seja desenvolvido em parceria com a administração pública, instituições e outras esferas da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNASCONI, Paula; ABAD, Ricardo; MICOL, Laurent; **Diagnostico Ambiental do Município de Alta Floresta/MT**. Alta Floresta. Instituto Centro de Vida (ICV) Maio de 2008. Disponível em <http://www.icv.org.br/wp-content/uploads/2013/08/diagnostico_ambiental_altaflorestapdf.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2016.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 6.321/07**, de 21 de dezembro de 2007. Dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia, bem como altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2007, nº 245/A p. 12, edição extra. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=21/12/2007&jornal=1000&pagina=12&totalArquivos=16>>. Acesso em 06 de julho de 2016.

BRASIL. **Portaria nº 28**, de 24 de janeiro de 2008. Dispõe sobre os Municípios situados no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle o desmatamento ilegal. Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2008, nº 18, p. 70.

Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=70&data=25/01/2008>> . Acesso em 08 de julho de 2016.

BRASIL. **Portaria nº 187**, de 04 de junho de 2012. A ministra de estado do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Portaria nº 186, de 4 de junho de 2012 e no art.14 do Decreto no 6.321, de 21 de dezembro de 2007, resolve. Diário Oficial da União de 11 de junho de 2012, nº 111, p. 85. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=85&data=11/06/2012>>. Acesso em 08 de junho de 2016.

FUNDO AMAZÔNIA. **Projetos apoiados, 2012**. Disponível em <http://www.amazonfund.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Maiores_Informacoes/Alta_Floresta>. Acesso em 10 de junho de 2016.

FUNDO AMAZÔNIA. **Boletim Informativo do Fundo Amazônia nº 25, maio 2012**. Disponível em <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Boletins/2012_07_06_Boletim_Fundo_Amazxnia_mai_040712.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2016.

FUNDO AMAZÔNIA. **Boletim Informativo do Fundo Amazônia nº 39, junho 2013**. Disponível em <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Boletins/39boletim_junho2013.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2016.

FUNDO AMAZÔNIA. **Figura 01**. Disponível em <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Projetos_Apoiados/Lista_Projetos/Municipio_Alta_Floresta>. Acesso em 01 de novembro de 2016.

Fundo Vale. **Municípios Verdes. Série: Integração – Transformação – Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: Report Comunicação, 2012. Disponível em <http://www.fundovale.org/wp-content/uploads/2016/02/fundovale_municipiosverdes_julho2012.pdf>. Acesso em: 09 de julho de 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas pecuária**, 2015. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&coduf=51&idtema=159&codv=v01&search=mato-grosso|alta-floresta|sintese-das-informacoes-2015>>. Acesso em 17 de junho de 2016.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas populacionais**, 2016. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510025&search=mato-grosso|alta-floresta>>. Acesso em 01 de agosto de 2016.

GUEDES, Fátima Becker; SEEHUSEN, Susan Edda. **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2011, 272 p. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/202/arquivos/psa_na_mata_atlantica_licoes_aprendidas_e_desafios_202.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2016.

IPAM-Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Desmatamento na Amazônia: Medidas e efeitos do Decreto Federal 6.321/07**. Brasília/DF, 2009. Disponível em <<http://ipam.org.br/bibliotecas/desmatamento-na-amazonia-medidas-e-efeitos-do-decreto-federal-6-32107-2/>> . Acesso em 07 de julho de 2016.

MARUPIARA ESTUDOS E PROJETOS. Resumo do estudo: **O processo de municipalização da estratégia de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia: estudos de casos sobre municípios integrantes da Lista de Municípios Prioritários do Ministério do Meio Ambiente, 2014**. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/030320161722_Estudo_Processode_municipalizaaocombateaodesmatamentonaAmazonia.pdf. Acesso em 11 de julho de 2016.

MMA (2009) - MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. **Arquivos de entrada e saída**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/182/arquivos/entrada_e_sada_marco_2009.pdf>. Acesso em 06 de julho de 2016.

RODRIGUES, JOSÉ ALESANDRO. **Relatório Executivo Projeto Olhos D'Água da Amazônia, Fase II, 2016**. Secretaria de Meio Ambiente de Alta Floresta. Disponível em <<http://www.podam.com.br>> . Acesso em 20 de junho de 2016.

RODRIGUES, JOSÉ ALESANDRO. **Relatório Executivo Projeto Olhos D'Água da Amazônia, Fase I, 2014**. Secretaria de Meio Ambiente de Alta Floresta. Disponível em <<http://www.podam.com.br>> . Acesso em 20 de junho de 2016.

SELUCHINESK, Rosane Duarte Rosa. **De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense**. 263 p. UNB-CDS. Doutor, Política e Gestão Ambiental, 2008. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1947?mode=full>>. Acesso em 05 de julho de 2016.